



República de Moçambique

--

Gabinete de Informação  
**Direcção de Informação e Comunicação**

**Transcrição do Briefing de S. Excia o Vice-Ministro de Planificação e  
Desenvolvimento, Dr. Víctor Bernardo  
Maputo, 29 de Maio de 2007**

Boa tarde, caros jornalistas

Terminámos, há pouco tempo, a 12ª. Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, na qual o Governo apreciou os processos em curso de reassentamento das vítimas das cheias, bem como as acções em curso do Gabinete de Apoio e Reconstrução (GAR) em relação às vítimas das explosões do Paiol de Maputo.

O Governo apreciou as seguintes Resoluções a submeter à Assembleia da República:

- Resolução que ratifica a Convenção Africana Revista sobre a Conservação da Natureza e Recursos Naturais, assinada na Cimeira da União Africana em Maputo, a 11 de Julho de 2003.
- Resolução que ratifica a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Selvagens, assinada em Bona, Alemanha, em 23 de Julho de 1979, e respectivas Emendas de 1985, 1988, 1991, 1994, 1997, 1999, 2002 e 2005.
- Resolução que ratifica a Carta Africana da Juventude, adoptada a 2 de Julho de 2006, pela 7ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana em Banjul, Gâmbia.

O Governo apreciou e aprovou as propostas de reajustamento do salário mínimo, a vigorar a partir de 1 de Abril de 2007, em 10% para o sector da agricultura e 14% para os sectores da indústria, comércio e serviços, incluindo a Função Pública.

Ainda nesta Sessão, o Governo apreciou e aprovou:

- O Decreto que aprova o Regulamento sobre o acesso e partilha de Benefícios Provenientes de Recursos Genéticos.

Este Regulamento aplica-se a todas as pessoas singulares ou colectivas nacionais ou estrangeiras e visa estabelecer regras para o acesso aos recursos genéticos e sua protecção, incluindo repartição dos benefícios derivados da sua utilização e a transferência de tecnologia para a conservação e utilização;

- Resolução de adesão da República de Moçambique à Convenção Fitossanitária Internacional, assinada em Roma, em 6 de Dezembro de 1951 com as alterações feitas em Novembro de 1979 e em Novembro de 1997.
- Resolução que ratifica o Acordo a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre o Governo da Republica de Moçambique e a União Económica Belgo-Luxemburguesa , assinado em Bruxelas aos 18 de Janeiro de 2007;
- Resolução que ratifica o Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República Socialista do Vietname, assinado em Hanói aos 16 Janeiro de 2007;

São estas as questões de fundo tratadas na sessão de hoje, do Conselho de Ministros e estaria, assim, aberto a quaisquer questões que V. Excias queiram colocar.

### **Perguntas dos jornalistas**

**Pergunta (P):** *Senhor vice-ministro, nesta altura ainda não há nenhuma indicação das prováveis causas do incidente que aconteceu no ministério da Agricultura ?*

**Vice-Ministro de Planificação e Desenvolvimento (VMPDPD):** No dia 25 de Maio, Sexta-feira, o Conselho de Ministros reuniu-se na sua 3ª. Sessão Extraordinária e, uma das resoluções dessa Sessão, foi a criação de uma comissão para averiguar as causas e avaliar as consequências deste incêndio e à essa comissão, foram dados dez dias para apresentar os resultados do seu trabalho. Portanto, está dentro do prazo e, por essa razão, nós esperamos que a comissão faça o seu trabalho e, uma vez apresentados os resultados, pronunciar-nos-emos sobre o incêndio do Ministério da Agricultura.

**P:** *Senhor vice-ministro, sobre o salário mínimo, quando é que vai começar a ser pago e qual foi a base que o Governo usou para ajustar o salário?*

**VMPD:** *O salário tem efeitos à partir de 1 de Abril de 2007.*

**P:** *E o novo salário, quando é que será pago ?*

**VMPD:** Será pago com efeitos à partir dessa data, dependendo da celeridade das instituições à medida que elas se vão organizar no sentido de cumprir com a resolução e vão se organizar em conformidade com seus serviços de actividades administrativas ou financeiras.

**P:** *Qual foi a base para se chegar às percentagens deliberadas pelo Governo?*

**VMPD:** Este é o culminar de um trabalho de consertação social e o Governo, os empregadores e os sindicatos terminaram no dia 23 de Maio a primeira sessão de negociações e, cada um dos sectores, veio com as suas propostas, tendo havido consertação entre os sindicalistas que tinham uma percentagem, os empregadores que tinham uma outra proposta e o Governo que tinha a sua proposta. Em manga o Governo

levava um meio termo resultante 17 por cento que os Sindicatos propunham e treze por cento propostos pelos empregadores. Tendo eles feito uma consertação bilateral, chegaram a uma média quase aritmética em relação às condições tanto de um como do outro, o que daria uma média de 13.7 por cento em relação ao salário mínimo. O Governo tem a sua posição de 14% e, feitas as consertações, acabámos parando nos 14 por cento. Portanto, houve um arredondamento de umas décimas.

*P: Na óptica do Governo, este salário é o ideal? Os sindicatos dizem que para este ano esse valor já está ultrapassado, uma vez o custo de vida quase ter duplicado...*

*VMPD:* A comissão teve várias etapas de discussão. Há interesses da classe empregadora e esta teve os seus altos e baixos e, evidentemente, há muitos factores que contribuem para a avaliação do desempenho das empresas ou dos empregadores. Por outro lado, é preciso tomar em consideração os compromissos que o Governo tem em relação à política salarial e as partes envolvidas. A Comissão Consultiva teve discussões com pontos de vista diferentes, mas a tónica principal desta negociação é, portanto, uns como outros compreenderem que a solução do problema de salário necessariamente passa pela conjugação de esforços, em todas as partes: melhor produção, maior produtividade para que os nossos números sejam diferentes. E, ainda nessa Sessão, decidiu-se que a fixação do salário mínimo a partir do próximo ano irá obedecer à especificidade sectorial, portanto não será uma fixação mínima com a fórmula aplicada este ano. Será diferenciada por sector de actividade.

*P: Sobre o reassentamento das vítimas das calamidades e das explosões do paiol, já se fez esse reassentamento?*

*VMPD:* Sobre o reassentamento das populações afectadas pelas inundações do Vale do Zambeze estão sendo feitos trabalhos de parcelamento e atribuição de talhões; a preparação do material para construção com envolvimento, sobretudo, das forças das comunidades envolvidas para a utilização de materiais locais melhorados para as construções. De acordo com os nossos planos, inicialmente era para se demarcar 26. 293

talhões. Depois desses, foram demarcados 28.180, portanto, houve um certo cumprimento. A partir daí, já não há necessidades adicionais resultantes, evidentemente, da dinâmica da evolução da situação. As necessidades actuais de parcelas são de 31.652 e o processo de demarcação, atribuição e não só, a preparação de condições para as edificações privilegiando o envolvimento das comunidades está em curso.

*P: Quantas pessoas já foram reassentadas?*

*VMPD:* O processo de reassentamento tem etapas e o reassentamento começa com a preparação de condições para que as pessoas sejam reassentadas e, nesta altura, o que se está fazendo é a preparação das populações, o seu reassentamento definido. Isso pressupõe o parcelamento, pois, são zonas que não tinham sido estruturadas antecipadamente, portanto é preciso estabelecer o parcelamento para seguir as regras do ordenamento territorial. É uma actividade que, não obstante resultar de uma situação de calamidade, nós estamos a sair de uma situação de acomodação para o reassentamento.

Portanto, o reassentamento pressupõe uma situação definitiva e é necessário, neste processo, obedecer aos parâmetros exigidos, sobretudo tendo em conta a política de ordenamento.

*P: Quer dizer que temos ainda pessoas nos centros de acomodação ?*

*VMPD:* É evidente que sim, mas em franca transição. Em muitas das comunidades houve um choque inicial e, depois, existe esta situação; algumas das famílias, no bom estilo que caracteriza os moçambicanos, não esperaram pela alocação dos recursos provenientes da intervenção do Governo para se posicionarem em situação de segurança, terminada a fase crítica. E, agora, o que o Governo está a fazer é colcoar as pessoas ordenadamente e nós, ao longo do ano, iremos fazendo estas intervenções mas, sobretudo, de forma consistente e sistematizada.

Em relação às explosões do paiol, foi decidido que seria trabalho do Gabinete de Apoio, que é um fórum participativo que iria iniciar a construção de casas que tenham sido

danificadas, a um ritmo de 10 obras a iniciar semanalmente. Portanto, isso está a acontecer e, na próxima semana, dia 7 de Junho, começa uma nova fase de um lote de edificação das casas.

*P: Até ao momento, quantas casas estão concluídas parcial ou totalmente?*

*VMPD:* Aquelas que estão a ser reabilitadas, nós temos cerca de 399 obras em curso, das quais estão acabadas 193, isto nos bairros das Mahotas, Zimpeto e Khongolote. Essas são casas que tiveram danificações parciais. Das casas que foram totalmente destruídas, nós temos em curso nas Mahotas, no bairro 3 de Fevereiro, Zimpeto e Magoanine “C” nove e a décima está para se iniciar logo que for formalizada a questão do terreno. Além disso, há distribuição de “kits” para a reconstrução, de acordo com os procedimentos que foram estabelecidos; foram distribuídos “kits” para um total de 890, dos quais 189 famílias nas Mahotas, 331 no Zimpeto e 370 famílias em Khongolote. No bairro de Malhazine há 374 casas que foram danificadas cujas obras de reabilitação arrancam na próxima segunda-feira.

*P: A este ritmo, consegue-se cumprir com os calendários?*

*VMPD:* A fase inicial para a reconstrução é sempre mais demorada do que a fase da reconstrução porque, primeiro, é preciso estabelecerem-se critérios; é necessário fazer-se uma avaliação da actividade. É um trabalho, portanto, bastante apurado de facto, e envolvendo as comunidades. Mas, uma vez feito este trabalho, que é mais demorado, o resto da construção vai ser a disponibilidade dos recursos humanos e o resto é a capacidade de execução das obras. A nossa intenção é que este trabalho seja feito da forma mais apurada, mas dentro dos parâmetros.

*P: E sobre a situação do paiol de Malhazine? Quando é que será feita a transferência do mesmo e para que lugar?*

**VMPD:** Em relação ao paiol e a destruição dos engenhos obsoletos, não só daqui de Maputo mas dos paióis principais, há uma quantidade à partida já disponibilizada, logo após a ocorrência e, semanalmente, no Conselho de Ministros, é feita uma apresentação da evolução. Portanto, o processo está a correr de acordo com o que foi programado ; até ao momento 1304 toneladas de engenhos já foram destruídos, estando ainda por destruir 734. Mas, está obedecendo ao gráfico previamente estabelecido e podem verificar a proporção. Portanto, mais de dois terços dos engenhos foram já destruídos.

Quanto ao sítio para onde será o próximo paiol, esta é uma matéria que todos desconhecem a sua natureza. É uma informação de carácter restrito, evidentemente, e o ministério da Defesa tem mecanismos próprios de se reestabelecer e de classificar quais são as zonas de domínio público e quais são as zonas de acesso restrito, assim como a respectiva informação. Sobre isto, acho que os senhores estão devidamente familiarizados. Mas, o que é certo é que os padrões de segurança básicos universais serão contemplados, em relação ao local onde será posicionado o paiol transferido de Malhazine.

*P: Mas, quando é que termina o desmantelamento do paiol?*

**VMPD:** O desmantelamento do paiol de Malhazine é um processo que envolve duas fases: uma começa, evidentemente, pela remoção e destruição dos engenhos obsoletos que está a decorrer. A outra tem a ver com um processo de verificar e declarar as zonas livres. Isso pressupõe mais trabalhos de sapadores para terminar a remoção, fazer a verificação dos engenhos que possam, eventualmente, ainda estar enterrados pela sua projecção na altura da explosão. A nossa intenção é que, terminado o trabalho da destruição dos engenhos obsoletos, se prossiga com a declaração das zonas livres dos engenhos.

*P: Isso é ao nível de todo o país?*

**VMPD:** Sim, é ao nível de todo o país. Nós dissémos, no princípio, que estávamos a trabalhar não só no paiol de Malhazine, mas também nos paióis das zonas Centro e Norte.

**P:** *Qual é o prazo para a remoção?*

**VMPD:** Eu creio que já cumprimos a meta. É só avaliar que a destruição de engenhos desta natureza tem particularidades, mas, o ritmo da sua destruição, está obedecendo ao gráfico previamente estabelecido. Nós vamos declarar, muito brevemente, o paiol livre de engenhos.

**P:** *E em reacção à responsabilização? Pois disse-se no relatório da comissão instaurada que houve falha humana...*

**VMPD:** A responsabilização, isso é um trabalho da comissão a apurar, de início, mas não terminou por aí, evidentemente. Nós estamos a fazer o trabalho por etapas, e a etapa que atacámos, neste momento, é a declaração daquelas zonas livres. Em relação à responsabilidade, há mecanismos próprios para se poder apurar a verdade, depois de investigações. Mas, eu gostaria de repetir que não é apenas essa a causa do acidente que houve no paiol. São várias as causas, de entre elas a falha humana. E a falha humana foi caracterizada pela comissão como tendo sido pessoalizada. Portanto, há uma falha que é humana de responsabilização personalizada, e há uma falha que foi caracterizada de humana não por ser de responsabilização personalizada. Pelo que, a classificação de falha humana tem várias dimensões e isso é, exactamente, substância de averiguações.

**P:** *O senhor vice-ministro disse que a fixação do salário mínimo foi na base de sectores. Gostaria de entender bem essa parte.*

**VMPD:** Nessa altura, a comissão consultiva de trabalho, para além de ter fixado o salário mínimo, também teve um outro ponto resultante das negociações, que foi, exactamente, a decisão da fixação do salário mínimo por sector. E foi, também, constituído um grupo de trabalho envolvendo todos estes factos para estudar detalhes de como a fixação do salário

passará a ser doravante. Há acordos simplesmente para as necessidades de a fórmula actualmente aplicada, de um modo genérico, não serem aplicados. Há restrições cujo rendimento ou natureza permitem a fixação do salário não necessariamente obedecendo aos padrões que a fórmula actual contempla. Mas essa comissão está a trabalhar, e no próximo ano, a fixação do salário há-de obedecer este critério que me referí.

*P: E quais são as metas estabelecidas?*

**VMPD:** Primeiro, é conseguir fazer os seus trabalhos, que vão ser definidos pelo patronato. A comissão é que vai poder avaliar qual é a profundidade que quer conferir ao assunto e, em função desta profundidade sobre o assunto, apresentar-se-á uma proposta de um programa de trabalho. Nessa altura, sim, será possível ver qual terá sido o trabalho realizado e a comissão tripartida ( sindicatos, empregadores e o Governo) encarregar-se-á em aperfeiçoar ou aprofundar esta modalidade. Mas que há acordo em relação à todos os sectores sobre esta forma, não restam dúvidas. Portanto, esta foi uma das conclusões a que se chegou nesta sessão.

Muito obrigado ✕